

Termo de Referência - SEI
Processo nº 23817.007661/2023-61

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1. Este Termo de Referência tem por objeto o Registro de Preços para eventual Aquisição de **Expediente, Copa, Cozinha e Impressos Gráficos (novos e frassados)**, a fim de atender as necessidades do Hospital Universitário de Lagarto (Hospital Universitário Mons. João Batista de Carvalho Daltro) - HUL/UFSE/EBSEH, vinculado à Universidade Federal de Sergipe, pertencente à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, por um período de 12 (doze) meses, conforme especificações e demais condições estabelecidas neste instrumento.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

1.3. Caso haja divergência entre o descritivo dos itens no Edital, seus Anexos e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus Anexos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamentação legal e normativa:

2.1.1. [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#) - O Art. 7º, XXXII, que prevê proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezoisess anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; Art. 37 trata dos princípios entre outros fatores que devem ser observados pela Administração pública direta e indireta.

2.1.2. [Lei nº 6.360](#), de 23 de setembro de 1976 - Dispõe sobre a Vigilância Sanitária a que ficam sujeitos os Medicamentos, as Drogas, os Insumos Farmacêuticos e Correlatos, Cosméticos, Saneantes e Outros Produtos, e dá outras Providências;

2.1.3. [Lei nº 8.078](#), de 11 de setembro de 1990 - Código de defesa do consumidor;

2.1.4. [Lei nº 3.555](#), de 08 de agosto de 2000 - Aprova o Regulamento para a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns;

2.1.5. [Lei nº 10.520](#), de 18 de junho de 2002 - Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XII, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências;

2.1.6. [Lei nº 11.488](#), de 15 de junho de 2007 - Cria o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura - REDE;

2.1.7. [Lei nº 12.305](#), de 02 de agosto de 2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;

2.1.8. [Lei nº 12.527](#), de 18 de novembro de 2011 - Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, e dá outras providências;

2.1.9. [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011 - Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH;

2.1.10. [Lei nº 13.303](#), de 30 de junho de 2016 - Estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias;

2.1.11. [Lei Complementar nº 123](#), de 14 de dezembro de 2006 - Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;

2.1.12. [Decreto nº 7.746](#), de 05 de junho de 2012 - Regulamenta o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública - CISA/P;

2.1.13. [Decreto nº 7.892](#), de 23 de janeiro de 2013 - Regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

2.1.14. [Decreto nº 8.538](#), de 06 de outubro de 2015 - Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para microempresas, empresas de pequeno porte, agricultores familiares, produtores rurais pessoa física, microempreendedores individuais e sociedades cooperativas nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública federal;

2.1.15. [Decreto nº 8.945](#), de 27 de dezembro de 2016 - Regulamenta, no âmbito da União, a Lei nº 13.303 de 30 de junho de 2016;

2.1.16. [Decreto nº 10.024](#), de 20 de setembro de 2019 - Regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal;

2.1.17. [Instrução Normativa nº 01](#), de 19 de janeiro de 2010 - Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências;

2.1.18. [Instrução Normativa nº 03](#), de 26 de abril de 2018 - Estabelece regras de funcionamento do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SicaF, no âmbito do Poder Executivo Federal;

2.1.19. Norma - SEI nº 2/2019/DAI-EBSEH (Documento SEI nº 2789405) - Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens, contratação de serviços em geral, bem como alterações contratuais;

2.1.20. Norma Operacional-SEI nº 2/2021/SUCAD/DAI-EBSEH (Documento SEI nº 13520109) - Dispõe sobre a apuração de irregularidades e aplicação de sanções a licitantes no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh;

2.1.21. [Lei Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União 4ª edição, revista, atualizada, ampliada e publicada em agosto de 2021](#)

2.1.22. [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh - RLCE 2.0](#);

2.1.23. [Política de Compras Centralizadas da Ebserh](#);

2.1.24. [Política de Proteção de Dados Pessoais da Ebserh](#);

2.1.25. [Política de Transações com Partes Relacionadas da Ebserh](#);

2.1.26. Nota Técnica - SEI Nº 15/2022/SGE/COS/DAI-EBSEH (Documento SEI nº 23110063) - Gestão de Almoxarifado: Recebimento de Materiais de Consumo.

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh foi criada por meio da [Lei nº 12.550](#), de 15 de dezembro de 2011, como uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação - MEC, com a finalidade de prestar serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como prestar às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública.

3.2. A Ebserh é uma empresa estatal 100% dependente da União e cumpre o seu dever de prestar serviço de assistência à saúde de forma integral e exclusivamente inseridos no âmbito do SUS.

3.3. Trata-se da maior rede de hospitais públicos do Brasil. Suas atividades unem dois dos maiores desafios do país, educação e saúde, melhorando a qualidade de vida de milhões de brasileiros, por meio da atuação de uma rede que inclui a Administração Central da empresa e 41 Hospitais Universitários Federais - HUFs, apoiando e impulsionando suas atividades por meio de uma gestão de excelência.

3.4. Os hospitais da Rede Ebserh exercem a função de centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde - SUS e um papel de destaque para a sociedade. Como hospitais vinculados a universidades federais, essas unidades têm características específicas: além de atender por meio do SUS, primordialmente apoiam a formação de profissionais de saúde e o desenvolvimento de pesquisas.

3.5. O Hospital Universitário Lagarto, HUL-UFSE, filial EBSEH é vinculado à Universidade Federal de Sergipe e pertence à Rede da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh, onde atua para prestar assistência médica de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS do município de Lagarto/SE e localidades, observando a sua contratuatização de serviços junto aos gestores de saúde. Caracteriza-se por possuir PORTA ABERIA para atendimentos de urgência e emergência abrangendo a população dos municípios do Centro-sul de Sergipe. O HUL-UFSE tem sua estrutura formada por 10 leitos de UTE; 22 leitos de clínica médica; 11 leitos de clínica pediátrica; 11 leitos da ala amarela; 05 leitos da ala amarela pediátrica; 03 leitos da ala vermelha; 20 leitos de clínica cirúrgica, além do setor de observação adulto (24 leitos).

3.6. Este processo trata do registro de preços para eventual aquisição de insumos médicos hospitalares, especificamente de **Expediente, Copa, Cozinha e Impressos Gráficos (novos e frassados)**, com o objetivo de repor os estoques no Hospital Universitário de Lagarto/SE, visando manter o pleno funcionamento das atividades organizacionais e cumprir com a missão de promover, de forma integrada, o ensino, a pesquisa, a extensão e a assistência aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

3.7. Esta aquisição ocupa um papel de destaque dentro do complexo sistema de compras de um Hospital, uma vez que são insumos imprescindíveis a uma assistência que prime pela qualidade e excelência dos serviços ofertados.

3.8. A aquisição de impressos gráficos personalizados é imprescindível ao atendimento a usuários. Constitui assim um complexo sistema de compras do hospital, uma vez que reúne um diverso conjunto de insumos que servem de apoio às atividades fins desenvolvidas na instituição, com vistas a suprir de forma satisfatória às constantes demandas das Unidades Organizacionais desta instituição, na obtenção de materiais para o desenvolvimento das atividades de assistência, ensino e pesquisa ofertados pelo HUL.

3.9. Uma vez que os materiais cujos quais se pretende adquirir estão envolvidos nos processos e atividades do HUL, principalmente na atenção à saúde, e são consumidos diariamente na rotina do trabalho, pretende-se com a futura aquisição reabastecer os estoques dos materiais aqui descritos, de forma a disponibilizá-los sempre que necessários à efetiva prestação dos serviços de competência desta instituição. Como benefícios advindos da futura aquisição espere-se a manutenção das rotinas do expediente em atendimentos, consultas e serviços correlatos, viabilizando a execução das atividades meio e fins desenvolvidas pelo HUL.

3.10. Estes materiais fazem parte da **Lista de Padronização de Expediente, Copa, Cozinha e Impressos Gráficos**, que foi definida pela Comissão de Farmácia e Terapêutica e foi condensada em uma relação de materiais essenciais à prestação de atendimento em saúde para a população. Os descritores e especificações técnicas contidos neste Termo de Referência, bem como os seus quantitativos foram retirados dessa Padronização.

3.11. Optou-se para esta licitação em **destinar os itens 1, 2 e 3 para AMPLA PARTICIPAÇÃO** de fornecedores, sendo que os **itens 1, 2, 3** foram frassados no Pregão Eletrônico nº 30/2023. Processo Administrativo nº 23817.003104/2023-71 e considerando a relevância destes para esta instituição, que contam atualmente com baixo estoque, o tratamento diferenciado para ME e EPP para os referidos itens não é vantajoso para o HUL, sendo este a razão de optarmos pela ampla participação, conforme previsto no Decreto 8.538/2015, art. 10, II.

3.12. Não obstante, a utilização de registro de preços é mais conveniente para a organização, pois permite contratações futuras, com previsão de entregas parceladas, levando em consideração a frequência das aquisições, médias das consumo e a dificuldade em se definir previamente o quantitativo a ser demandado, estando em conformidade com o artigo 3º, I, II e IV, Decreto nº 7.892/2013.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

4.1. Os itens apresentados neste instrumento caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados pelas empresas e são facilmente comparáveis entre si, já que possuem padrões de desempenho e de características gerais similares, de modo a permitir objetivamente uma decisão de compra, com base no menor preço, por meio de especificações usuais e amplamente praticadas no mercado.

4.2. O procedimento para a aquisição será conduzido através de Pregão Eletrônico, por meio de Sistema de Registro de Preços - SRP, critério de julgamento menor preço unitário, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Rede Ebserr - RLCE 2.0, objetivando a assinatura e atas de registro de preços, que permitam as contratações pelas unidades participantes.

4.3. A completa descrição da solução, foi extraída dos estudos técnicos preliminares, com eventuais atualizações decorrentes do seu amadurecimento.

4.4. A descrição detalhada dos itens consta na Tabela 1 a seguir.

Tabela 1 - Descrição detalhada dos itens

ITEM	CÓDIGO AGHU	CÓDIGO EBSERR	CATMAT	DESCRIPTIVO DETALHADO	APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE HUL
1	39152	EBC160043	203139	Grampeador, tratamento superficial pintado/cromado, material metal, tipo profissional, capacidade 240, tamanho grampo 9/14	UNIDADE	79
2	400459	EBC160045	468999	Lacre de segurança com dupla trava, 16 cm, na cor azul	UNIDADE	1628
3	400107		203718	Bloco Receituário Médico, material celulose vegetal, tipo papel apergaminhado, cor branca, gramatura 75 GM2, largura 148mm, comprimento 210mm, com 100 folhas.	BLOCO	341
4	400111		391551	Bloco para Medicamento Controlado com 20 folhas, cor azul tipo B.	UNIDADE	60
5	400112		203718	Bloco para Medicamento Controlado com 20 folhas, cor azul tipo B2.	UNIDADE	60
6	400114		203722	Bloco Receituário Médico, tipo Controle Especial, material celulose vegetal, tipo papel apergaminhado, cores branca e amarela, duas vias, gramatura 75 GM2, largura 148mm, comprimento 210mm, com 100 folhas.	BLOCO	60
7	402741	EBC160028	470005	Envelope material papel, gramatura 110 GM2, tipo saco comum, no formato 230mm X 325mm, cor branca, características adicionais com aba.	UNIDADE	1000
8	402145		293241	Etiqueta adesiva para bolsa de sangue - Etiqueta adesiva, material: papel couchê, cor: branca, largura: 7 cm, comprimento: 10 cm, aplicação: identificação de bolsa de sangue em Agência Transfusional, características adicionais: auto adesiva, com impressão em negrito, rolo com 150 unidades. (modelo item 98)	ROLO	9
9	401000		420105	PASTA FICHARIO A4 PARA HOSPITAIS PERSONALIZADA PARA SER USADA COMO PASTA PARA PRONTUÁRIO MÉDICO, CONFECCIONADA EM PVC, COM REVESTIMENTO EM PVC OU PLÁSTICO TRANSPARENTE E BOLSOS INTERNOS. PERSONALIZE A SUA PASTA FICHARIO COM SILKSCREEN (P/ LOGOS SIMPLES E CORES CHAPADAS). DIMENSÕES ENTRE 25 A 27 CM DE COMPRIMENTO, 30 A 32 CM DE ALTURA E 4 A 4,5 CM DE LOMBADA OU LARGURA, DEVERÁ CONTER FERRAGENS DE 4 ARGOLAS E SER PERSONALIZADA COM ENCARTE (IMPRESSO LACRADO ENTRE O PVC COLORIDO OU, P/ TRANSPARENTE) OU COM IMPRESSÃO DIGITAL. AS DIMENSÕES DO LAYOUT DEVERÁ CORRESPONDER A 4 CM DE ALTURA E 22 CM DE COMPRIMENTO, O LAYOUT DEVERÁ ESTAR DESPOSTO NA CAPA DA FRENTE. NÃO DEVERÁ POSSUIR BOLSO INTERNO.	Unidade	130
10	401665		395445	Etiqueta autoadesivas (16 etiquetas por folha, contendo 100 folhas, 99,1mm x 34,0mm). Formato A4, com validade de 24 meses, cor: branca, com compatibilidade para impressoras Ink-jet e Laser)	Pacote com 100 folhas	136
11	400059		395445	Etiqueta autoadesivas (80 etiquetas por folha, contendo 100 folhas, 12,7 mm x 44,45mm). Formato A4, com validade de 24 meses, cor: branca, com compatibilidade para impressoras Ink-jet e Laser)	Pacote com 100 folhas	5
12	71641	EBC160024	231948	COPO DESCARTAVEL, MATERIAL POLIPROPILENO, ATÓXICO, CAPACIDADE 200 ML, APLICAÇÃO AGUASUSCO E REFRIGERENTE, DE ACORDO C/ NORMA ABNT, NBR 14865/2012 PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE C/ 100 UND	5289
13	71633	EBC210002	226342	COPO DESCARTAVEL, MATERIAL POLIPROPILENO, ATÓXICO, CAPACIDADE 50 ML, APLICAÇÃO CAFÉ, DE ACORDO C/ NORMA ABNT, NBR 14865/2012 PACOTE COM 100 UNIDADES.	PACOTE C/ 100 UND	1239
14	400865	EBC210003	419326	ESPONJA PARA LIMPEZA - TIPO DUPLA FACE, MEDIDAS APROX. 100MM X 20MM, COM FORMATO RETANGULAR, ESPUMA DE POLIURETANO E FIBRA SINTÉTICA COM MATERIAL ABRASIVO.	UNIDADE	120
15	400229		220981	FILME EMBALAGEM MATERIAL PVC - CLORETO DE POLIVINILA, TIPO FILME ENCOLHIVEL. ROLO COM 300M X 28CM.	ROLO (BOBINA) C/ 300M	240
16	71650	EBC210004	224567	Guardanapo de Papel, folha branca, 30 cm x 50cm	PACOTE COM 50	98
17	401652	EBC190011	219922	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE LISO DE ALTA DENSIDADE. MEDIDAS: 40CM (LARGURA), 60CM (COMPRIMENTO), 2,2MM ESPESURA.	UNIDADE	31997
18	401673	EBC190012	406603	Saco plástico em bobina picotada, transparente, 20x28cm.	ROLO (BOBINA) COM 500 UND.	9
19	401675	EBC190012	406603	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE EM BOBINA PICOTADA, PRODUZIDA EM POLIETILENO PARA PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE PRODUTOS, CERCA DE 16CM X 28CM, ROLO (BOBINA) COM 500 UNIDADES.	ROLO (BOBINA) COM 500 UND.	36
20	401677		381513	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE EM BOBINA PICOTADA, PRODUZIDA EM POLIETILENO PARA PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE PRODUTOS, CERCA DE 20CM X 35CM, ROLO COM 500 UNIDADES.	ROLO (BOBINA) COM 500 UND.	24
21	400867	EBC190013	350420	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE EM BOBINA PICOTADA, PRODUZIDA EM POLIETILENO PARA PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE PRODUTOS, 25CM X 35CM, ROLO COM 500 UNIDADES.	ROLO (BOBINA) COM 500 UND.	12
22	400869	EBC190014	219921	SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE EM BOBINA PICOTADA, PRODUZIDA EM POLIETILENO PARA PROTEÇÃO E TRANSPORTE DE PRODUTOS, 30CM X 40CM, ROLO COM 500 UNIDADES.	ROLO (BOBINA) COM 500 UND.	10

4.5. De acordo com o art. 34 da Lei 13.303 de 30 de junho de 2016 e art. 7º do Regulamento e Contratos da EBSERR 2.0, o valor estimado do procedimento licitatório será sigiloso, facultando-se sua publicidade, mediante justificativa.

4.5.1. Conforme orientação contida no Ofício-Circular - SEI nº 11/2022/5/CLCAD/DAE-EBSERR (26172080), o valor estimado da contratação será tornado público apenas após o encerramento da etapa de lances.

4.6. A pesquisa de mercado foi realizada pela Unidade de Compras, observando o que determina a Norma Operacional de Pesquisa de Preços da Ebserr nº 02/2019.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Qualificação Técnica:

5.1.1. Além daquelas exigidas em edital, o licitante deverá apresentar ainda **Atestado de Capacidade Técnica**, que comprove já ter fornecido os produtos

- da natureza do objeto da presente licitação, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, informando sempre que possível, quantidades, valores e demais dados técnicos, nome, cargo e assinatura do responsável pela informação, bem como se foram cumpridos os prazos de entrega e a qualidade dos materiais.
- 5.2. O Licitante deverá apresentar, **no que couber**, os seguintes documentos:
- 5.2.1. Apresentar **Certificado de Aprovação (CA)** dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) fornecido pelo Ministério do Trabalho, se o material for EPI.
- 5.2.2. **Autorização de Funcionamento de Empresa** - AFE, expedida pela Anvisa, da sede da empresa interessada, obtida mediante consulta ao Portal da Anvisa;
- 5.2.3. **Alvará Sanitário ou Licença de Funcionamento ou Licença Sanitária Estadual, Municipal ou do Distrito Federal**, emitida pela Vigilância Sanitária da Secretaria de Saúde Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, da sede da empresa interessada;
- 5.2.4. Para propostas de medicamentos que contenham substâncias constantes no Anexo I do Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, Portaria nº344, de 12 de maio de 1998, deverão apresentar cópia da Autorização Especial, conforme Art. 2º da referida Portaria;
- 5.2.5. Para as Farmácias que licitarem os itens constantes no Grupo II (Manipulação de antibióticos, hormônios, citostáticos e substâncias sujeitas a controle especial) e no Grupo IV (Manipulação de produtos estéreis) da RDC nº 67/2007 será necessária a apresentação da autorização expressa do órgão de Vigilância Sanitária Local;
- 5.2.6. **Certificado de Registro válido** do produto ofertado, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa, ou publicação do registro no Diário Oficial da União;
- 5.2.6.1. Estando o registro vencido, o licitante deverá apresentar cópia autenticada e legível do protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada de cópia do registro vencido, desde que a revalidação do registro tenha sido requerida no primeiro semestre do último ano do quinquênio de sua validade, nos termos e condições previstas no I e II do artigo 12 da [Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976](#);
- 5.2.6.2. A não apresentação do registro ou do protocolo do pedido de revalidação implicará na desclassificação do item cotado.
- 5.2.6.3. Comprovação da dispensa do registro do produto na Anvisa, conforme o caso.
- 5.2.6.4. Ficará a cargo da empresa interessada provar que o produto objeto da contratação não está sujeito ao regime da Vigilância Sanitária.
- 5.2.6.5. Os Registros, Declarações de Notificação Simplificada e Certificados de Dispensa de Registro deverão ser identificados com o número do item a que se referem, em ordem crescente, a fim de facilitar a análise.
- 5.3. **Proposta:**
- 5.3.1. Durante o pregão eletrônico, sem prejuízo do cumprimento do item 1.7.7.4.1 do Edital que trata sobre a proposta adequada ao último lance, a Contratada deverá enviar sua proposta contendo as seguintes informações:
- a) Fator embalagem dos materiais contratados, especificando a quantidade de unidades por embalagem;
- b) Marca, fabricante e rótulo, quando aplicável;
- c) Prazo de validade;
- d) Registro na Anvisa conforme Qualificação Técnica;
- e) Catálogo com imagem e descritivo do item ofertado.
- 5.3.2. Deverão constar na(s) proposta(s) os dados bancários das empresas como: conta corrente, agência, banco, cidade e os dados do representante legal da empresa, caso os mesmos ainda não tenham sido oportunamente informados a título de atualização/informação, junto ao Cadastro de fornecedores da Ebserh. Na falta de tal informação, a Administração poderá solicitá-la em outro momento.
- 5.3.3. O CNPJ indicado nos documentos e na(s) proposta(s) de preços deverá ser do mesmo estabelecimento da empresa que efetivamente vai fornecer o objeto da presente licitação e a respectiva Fatura/Nota Fiscal.
- 5.3.4. Nos preços cotados dos materiais deverão estar incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais, serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga), mão de obra e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação, proposta.
- 5.4. **Amostras:**
- 5.4.1. O HUL se reserva o direito de solicitar amostras dos produtos ofertados para avaliação técnica nos casos em que houver dúvidas quanto a compatibilidade do objeto ofertado com as especificações demandadas neste termo de referência, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho. As amostras deverão ser apresentadas juntamente com os catálogos e/ou prospectos que contenham a descrição em português detalhada do produto ofertado, no prazo e **forma estabelecidos no Edital**.
- 6. REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO**
- 6.1. A forma de fornecimento será detalhada no Item 8. Modelo de Execução do Objeto.
- 7. NECESSIDADE DE FORMALIZAÇÃO DE TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**
- 7.1. Os licitantes vencedores assinarão Atas de Registro de Preços - ARP com validade de 12 (doze) meses.
- 7.2. As unidades contratantes emitirão Notas de Empenho para formalizar cada contratação decorrente da ARP.
- 8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
- 8.1. **Emissão de Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento:**
- 8.1.1. As unidades contratantes emitirão Notas de Empenho para formalizar cada contratação decorrente de ARP, que serão encaminhadas ao fornecedor, respeitados os quantitativos por participante, conforme edital.
- 8.1.2. As seguintes diretrizes devem ser consideradas na emissão de Notas de Empenho:
- 8.1.2.1. Preferencialmente, o procedimento padrão será de emissão mensal de apenas uma Nota de Empenho por fornecedor;
- 8.1.2.2. A unidade contratante poderá, a seu critério, efetuar a emissão de mais de um pedido dentro do mesmo mês por motivos de sazonalidade na produção assistencial ou situações imprevistas que ensejem uma solicitação adicional;
- 8.1.2.3. Após o recebimento da Nota de Empenho, o fornecedor deve enviar a previsão de entrega dos insumos em até 5 (cinco) dias úteis para a equipe de fiscalização, para o endereço eletrônico uadf.hul@ebserh.gov.br (**UASG 155910**) e para o endereço eletrônico que foi encaminhada a Nota de Empenho (**UASG 155910**), contendo:
- a) Número do Documento Fiscal;
- b) Data de emissão do Documento Fiscal;
- c) Data prevista para entrega.
- 8.2. **Prazos de entrega:**
- 8.2.1. Os produtos deverão ser entregues no local abaixo indicado, com despesas de transporte, frete, dentre outras, assumidas pela empresa vencedora:
- | UASG | INSTITUIÇÃO | ENDERECO | CONTATO |
|--------|--|---|--------------------------|
| 155910 | HOSPITAL UNIV. MONS. JOÃO B. DE CARVALHO DALTRIO - (HUL) | Avenida Brasília, S/N, Bairro Novo Horizonte, Lagarto/SE
CEP: 49.000-000 | (79) 3632-2000/2112/2019 |
- 8.3. A entrega do(s) produto(s) deverá ser efetuada no horário especificado no subitem 8.2.1, nos dias úteis, de acordo com a necessidade e mediante solicitação, devendo a CONTRATADA, com antecedência **mínima de 24 (vinte e quatro) horas**, marcar **data e horário para a entrega** pelo telefone.
- 8.3.1. **UASG 155910** - HOSPITAL UNIV. MONS. JOÃO B. DE CARVALHO DALTRIO (HUL): De **Segunda a Sexta, das 08h às 12h e das 14h às 16h**. Dentre o endereço relacionado no item 8.2.1, para o HUL, será informado ao fornecedor o local de entrega, quando do envio da nota de empenho.
- 8.4. Os PEDIDOS de materiais a serem adquiridos, pelo Registro de Preços, serão efetuados por Nota de Empenho, devidamente numerada em ordem sequencial por pedido, datada e assinada, por servidor designado pela autoridade competente.
- 8.5. A entrega dos materiais deverá ser efetuada de acordo com o respectivo Contrato e/ou Ata de Registro de Preços, sempre acompanhada do respectivo documento fiscal.
- 8.6. A entrega dos materiais deverá ser efetuada em **até 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, pelo CONTRATADO.
- 8.7. Não serão pagos os materiais entregues em local diferente do mencionado no item **8.2.1.** ou a pessoas não autorizadas.
- 8.8. Os materiais deverão ser fornecidos em estrita conformidade com as especificações exigidas neste termo de referência e com as quantidades empenhadas, os quais serão recebidos e conferidos por servidor responsável;
- 8.9. **Condições de entrega:**
- 8.9.1. Os itens entregues deverão ser acompanhados da Nota Fiscal, que deverá conter, além dos itens obrigatórios pela legislação vigente, o número da Ordem de Fornecimento e o número da Nota de Empenho correspondentes, além de informações como: marca, nome do fabricante, número do lote, data de validade, **dados bancários para pagamento** e a quantidade correspondente a cada lote.
- 8.9.2. Somente serão aceitos os materiais que, por ocasião de sua efetiva entrega, possuam, no mínimo, 75% (Setenta e cinco por cento) de seu prazo de validade total a vencer, contado da data de sua fabricação.
- 8.9.3. A critério da administração, e após consulta e parecer favorável da área técnica responsável pela unidade, poderão ser aceitos produtos com menos de 75% (Setenta e cinco por cento) de seu prazo de validade total a vencer, desde que tais produtos sejam para utilização imediata e não tenham qualquer risco de vencimento antes de sua utilização.
- 8.9.4. Em caso de aceitação de que trata o subitem **8.9.2.1** fica obrigada a contratada a substituir e efetuar o recolhimento dos produtos cujos prazos expiraram antes de sua utilização no prazo estabelecido no item **8.12**.
- 8.9.5. Não serão recebidos materiais que apresentarem, nas embalagens, sinais de violação e/ou variação na estrutura, unidade, inadequação em relação ao conteúdo.
- 8.9.6. São de responsabilidade da Contratada as condições de conservação dos materiais entregues, abrangendo inclusive resistência das embalagens, data de validade, temperaturas exigidas, presença de sujidade, material estranho e insetos.
- 8.9.7. O armazenamento e o transporte dos materiais deverão atender as especificações técnicas (temperatura, calor, umidade, luz) determinadas pela Anvisa.
- 8.9.8. Deverá constar na embalagem do material: nome e CNPJ do fabricante ou distribuidor, procedência, nº do lote, prazo de validade, nº do registro no Ministério da Saúde.
- 8.9.9. Os materiais adquiridos pela Contratante poderão ser acompanhados de laudos de análise do fabricante para cada lote entregue, a critério da unidade requisitante, que, conforme sua necessidade, poderá solicitar detalhamentos sobre as especificações técnicas do produto, estabelecidas pelo fabricante como padrão de qualidade.
- 8.9.10. Caso o material ofertado apresente suspeita de irregularidade, a Contratada deverá arcar com os custos da análise em laboratórios da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde).
- 8.9.11. Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante; sendo que todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização, nos termos legais.

- 8.9.12. Os materiais recebidos estarão sujeitas à análise extemporânea e cancelamento da aquisição com vistas a ações de tecnovigilância realizadas pela Rede Elseni em quaisquer de suas Unidades Hospitalares.
- 8.9.13. Os produtos a serem fornecidos devem apresentar em suas embalagens secundárias e/ou primárias a expressão "PROIBIDA A VENDA NO COMERCIO".
- 8.9.14. A(s) empresa(s) vencedora(s) deverá (ão) emitir notas fiscais de venda.
- 8.10. **Recebimento provisório:**
- 8.10.1. Os materiais serão recebidos provisoriamente, pelo(a) Comissão/Servidor designado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. A Comissão/Servidor designado limitará-se a verificar a conformidade dos materiais com o discriminado na Nota Fiscal, fazendo constar no canto e na Nota a data de entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas.
- 8.10.2. Os materiais poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos, sem prejuízo da aplicação de penalidades.
- 8.11. **Recebimento definitivo:**
- 8.11.1. Os materiais serão recebidos definitivamente no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 8.11.2. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 8.11.3. Em caso de conformidade citada no item 8.11.1, a Comissão/Servidor designado atestará a efetivação da entrega dos materiais na Nota Fiscal e a encaminhará ao setor competente da(s) instituição(ões), para fins de pagamento.
- 8.11.4. Em caso de desconformidade, a Comissão/Servidor designado devolverá Nota Fiscal/Material, para as devidas correções.
- 8.11.5. Durante o recebimento provisório, o órgão poderá exigir a substituição de qualquer do(s) material(s) que não esteja(m) de acordo com as especificações deste **Termo de Referência**.
- 8.12. **Prazo para substituição do produto:**
- 8.12.1. Em caso de constatação, a qualquer tempo, de desvios na qualidade, defeitos de fabricação ou alterações da estabilidade, dentro do prazo de validade, que comprometam a integridade do produto, bem como má-fé do fornecedor, condições inadequadas de transporte ou em desacordo com as especificações exigidas, a Contratada fica obrigada a substituir, às suas expensas, o produto defeituoso, no prazo **máximo de 10 (dez) dias úteis**, contados a partir da constatação do vício do produto com a consequente notificação junto ao fornecedor.
- 8.12.2. Caso a contratada se recuse a proceder a substituição do material nos termos deste Termo de Referência, o HUL se reserva o direito de aplicar as sanções previstas no **Item 16** do presente Termo de Referência.

9. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 9.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos decorrentes das ARP consistem na verificação da conformidade da entrega dos materiais, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do [Regulamento de Licitações e Contratos da Elseni](#) - RLCE 2.0.
- 9.2. Nos termos do art. 164, do Regulamento de Licitação e contratos da EBSERN 2.0, serão designados representantes para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 9.2.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente conforme § 6º, art. 164, do Regulamento de Licitação e contratos da EBSERN 2.0.
- 9.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.
- 9.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 9.5. A verificação da adequação da entrega dos materiais deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.
- 9.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais.
- 9.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto no [Regulamento de Licitações e Contratos da Elseni](#) - RLCE 2.0.
- 9.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 10.1. Os pagamentos serão realizados em conformidade com os materiais efetivamente entregues, até o 30º (trigésimo) dia, após o recebimento da Nota Fiscal, por intermédio de crédito em conta corrente, **indicada pelo contratado na NOTA FISCAL**.
- 10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto.
- 10.3. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou a documentação mencionada no inciso II, art. 65 do Regulamento de Licitações e Contratos da EBSERN.
- 10.5. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2016.
- 10.6. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada, condicionando este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada em relação aos materiais efetivamente recebidos.
- 10.7. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras; nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 10.8. Antes da emissão da nota de empenho e de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF e nas demais certidões de regularidade para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação e identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.
- 10.9. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por solicitação da Contratada, a critério da Contratante.
- 10.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 10.11. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 10.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação junto ao SICAF e demais certidões de regularidade.
- 10.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.
- 10.14. Quando o pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.15. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime; no entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 10.16. A Elseni não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.
- 10.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Sendo:

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

(6/ 100)
I =
365

I = (TX) I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

Índice de Medição de Resultados - IMR

Durante a verificação da conformidade na entrega dos materiais, deverá ser aplicado o seguinte Índice de Medição de Resultados - IMR:

Tabela 5 - Índice de Medição de Resultados - IMR

Indicador nº 1 - Entrega tempestiva dos materiais	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir a entrega dos materiais no prazo pactuado
Meta a cumprir	O prazo de entrega dos itens será de: até 30 (trinta) dias corridos , contados a partir do recebimento da Nota de Empenho.
Instrumento de medição	Nota de Empenho Documento com o registro da entrega dos materiais na unidade contratante
Forma de	Nota de Empenho e comprovante de entrega

acompanhamento	Para documentação contábil e financeira
Periodicidade	A cada Nota de Empenho
Mecanismo de cálculo	(Dias percorridos) = ((Data de entrega dos materiais) - (data de recebimento da Ordem de Fornecimento)) + excluído o dia de início da contagem do prazo e incluído o dia do recebimento dos materiais ** ex.: no caso de uma Nota d Empenho enviada e recebida em 01/04/2022, com a entrega dos materiais realizada em 22/04/2022, o cálculo será: (22/04/2022 - 01/04/2022)= 21 dias percorridos) *** a quantidade de dias percorridos será comparada com o prazo de entrega estabelecido para a localidade da unidade contratante, de forma a identificar a eventual incidência de dias de atraso na entrega
Início da vigência	Data da assinatura da ata de registro de preços
Faixas de ajuste no pagamento	a) Cumprido o prazo de entrega dos insumos: 100% do valor contratado. b) Atraso de até 2 dias: 99% do valor contratado. c) Atraso entre 2 e 5 dias: 97% do valor contratado. d) Atraso acima de 5 dias: 95% do valor contratado.
Sanções	O atraso acima de 10 dias requer a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual, ficando a empresa contratada sujeita à aplicação das sanções listadas neste Termo de Referência.
Observações	Caso a Nota de Empenho seja entregue parcialmente, o cálculo do IMR irá incidir sobre a parcela não adimplida. As faixas de ajuste no pagamento indicam a realização de glosa diretamente na Nota Fiscal/Fatura, não sendo necessária a abertura de processo de apuração de irregularidade na execução contratual para efetuar esse desconto. Eventuais atrasos justificados pela empresa contratada e aceitos pela equipe de fiscalização do contrato não serão contabilizados no IMR, ou seja, não serão objeto de ajuste no pagamento para a realização de glosa. A situação de emergência deverá ampliar os critérios de razoabilidade e de proporcionalidade na avaliação sobre eventual penalização, considerando que as causas de eventuais atrasos podem fugir da governabilidade dos fornecedores.

11. **FORMA DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**
- 11.1. O procedimento de seleção será conduzido através de modalidade de licitação denominada Pregão, na forma eletrônica, em portais de compras de acesso público na internet, de acordo com o inciso IV, art. 4º, do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserrh](#) - RLCE 2.0.
- 11.2. Os bens objeto do presente registro de preços caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente ofertados no mercado e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de compra com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.
12. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR**
- 12.1. **Crério de julgamento:**
- 12.1.1. O critério de julgamento será o de menor preço unitário, nos termos do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserrh - RLCE 2.0.
- 12.2. **Modo de disputa:**
- 12.2.1. Será adotado para o envio de lances no prego eletrônico o modo de **disputa aberto**.
- 12.3. **Intervalo entre lances:**
- 12.3.1. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor, será de **0,05%**.
- 12.4. **Condições de participação:**
- 12.4.1. Para participação neste Pregão deverão ser observados:
a) as previsões constantes no art. 69 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserrh](#) - RLCE 2.0, que define quais são as condições impeditivas de participar de licitações e de ser contratada pela Ebserrh;
b) a Política de Transações com partes relacionadas da Ebserrh atualizada que está disponível em <https://www.gov.br/ebserrh/pt-br/governanca/governanca-superarapolitica-de-transacoes-com-partes-relacionadas>;
c) o atendimento por parte do licitante ao art. 7º, XXXIII da [Constituição da República Federativa do Brasil de 1988](#), que prevê "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezto e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos";
d) a participação de interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com Credenciamento regular no SICAF, conforme disposto no artigo 3º da [Instrução Normativa nº 03](#), de 2018;
e) o previsto no art. 4º, inciso VI, do RLCE 2.0:

Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserrh:
(...)
VI - observância de políticas de compras sustentáveis, de relacionamento com fornecedores, de integridade, de transação com partes relacionadas, de proteção de dados pessoais e outras políticas aprovadas no âmbito da Ebserrh, que guardem pertinência com o objeto da contratação.
- 12.5. **Condições de habilitação:**
- 12.5.1. Deverão ser observados os requisitos de habilitação definidos no art. 65 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserrh](#) - RLCE 2.0, bem como os definidos no Edital.
13. **ESTIMATIVA DE PREÇOS**
- 13.1. Os preços referenciais desta contratação são sigilosos, nos termos do art. 7º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserrh](#) - RLCE 2.0.
14. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 14.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.
- 14.2. Prestar à Contratada, em tempo hábil, as informações eventualmente necessárias à entrega dos materiais.
- 14.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.
- 14.4. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 14.5. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 14.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de equipe/empregado especialmente designado.
- 14.7. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.
- 14.8. Aplicar à Adjudicatária as sanções regulamentares e contratuais;
- 14.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
- 14.10. Não permitir que outrem cumpra com as obrigações a que se sujeitou a licitante vencedora;
- 14.11. Proceder a rigoroso controle de qualidade dos produtos recebidos, recusando os que estiverem fora das especificações desejadas e apresentadas nas propostas, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.
- 14.12. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 14.13. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em **prazo não superior a 120 (cento e vinte) dias**, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.
15. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 15.1. Cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, e ainda:

15.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

15.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, atendendo aos dispositivos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.

15.1.3. Assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplimento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela Contratante na execução do contrato;

15.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

15.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

15.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

15.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

15.1.8. Acondicionar os materiais em embalagens adequadas à sua conservação, onde conste a identificação do conteúdo, da quantidade, da validade, do fabricante e o número do lote correspondente;

15.1.9. Cumprir todas as normas citadas neste Termo e outras que vierem a substituí-las.

15.1.10. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Contratante.

15.1.11. A garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido no edital ou com aquele ofertado pelo licitante na proposta, se for o caso.

15.1.12. Responsabilizar-se pelas despesas e quaisquer impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir sobre os materiais ofertados;

15.1.13. Ressarcir a Administração até o limite do valor do(s) dano(s) decorrente(s) do **SOFRIMENTO DE SOLICIAÇÃO DE CONTINUIDADE** do fornecimento do objeto deste certame, salvo quando esse fato ocorrer por exigência do CONTRATANTE, ou ainda, por CASO FORTUITO OU MOTIVO DE FORÇA MAIOR. Em relação as duas últimas hipóteses, o CONTRATANTE deverá ser comunicado no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, após a ocorrência;

15.1.14. Comunicar à Contratante qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;

15.1.15. Responder pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas
- Termo de Referência - SEI UCO/SEAD/DIVAF/GA/HUL-UFS 32907935
- SEI 23817.007661/2023-61 / pg. 5

- decorrentes de danos, seja por culpa sua ou qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros, que lhes venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento do presente Contrato;
- 15.1.16. Informar na proposta de preço o e-mail da empresa e confirmar, quando da abertura das mensagens eletrônicas, o recebimento dos empenhos enviados eletronicamente pela CONTRATANTE;
- 15.1.17. Caso a contratada não confirme o recebimento citado no item anterior em até 05 (cinco) dias corridos, presume-se-a recebido, iniciando-se a contagem para o prazo de entrega;
- 15.1.18. Responsabilizar-se pelo recolhimento dos tributos que venham incidir sobre o produto fornecido, reservando a CONTRATANTE o direito de deduzir, dos valores a serem pagos ao fornecedor, as quantias correspondentes aos tributos eventualmente não recolhidos;
- 15.1.19. Entregar os produtos rigorosamente de acordo com as especificações e os quantitativos expressos na Nota de Empenho, no(s) local(is) de entrega especificado(s).
- 15.2. Em relação à Lei nº 13.709/2018 (LGPD), deve cumprir o seguinte:
- 15.2.1. adotar medidas para adequação de suas operações ao cumprimento das legislações de proteção de dados pessoais aplicáveis e das orientações emanadas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), bem como seguir as instruções fornecidas pela Ebserh, inclusive as diretrizes na sua Política de Proteção de Dados Pessoais e demais normas e orientações da Ebserh;
- 15.2.2. assegurar que esse tratamento será limitado ao mínimo necessário para o alcance do(s) finalidade(s) proposta(s);
- 15.2.3. manter registro das operações de tratamento de dados pessoais que realizar;
- 15.2.4. adotar medidas de segurança, técnicas, administrativas e organizacionais, adequadas para assegurar a proteção dos direitos dos titulares de dados pessoais;
- 15.2.5. orientar seus colaboradores, contratados ou prepostos de qualquer natureza sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, bem como a não divulgar indevidamente informações que envolvam dados pessoais a que tenham acesso;
- 15.2.6. apresentar todos os dados e as informações solicitados pela Contratante em relação ao tratamento de dados pessoais e/ou adotar as providências indicadas;
- 15.2.7. permitir e contribuir, sempre que necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela Contratante ou por ela designadas;
- 15.2.8. não subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais, salvo com prévia autorização por escrito da Contratante e, nessa hipótese, exigir de subcontratados o cumprimento dos deveres decorrentes da LGPD e daqueles assumidos neste instrumento, permanecendo integralmente responsável por garantir a sua observância;
- 15.2.9. comunicar à Contratante, por escrito, em prazo razoável, qualquer incidente de segurança, tais como acessos não autorizados e situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, com as informações previstas no §1º do art. 48 da LGPD;
- 15.2.10. reparar os danos patrimonial, moral, individual e/ou coletivo causados a outrem pelo tratamento de dados pessoais, quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados, quando não tiver seguido as instruções lícitas da Contratante e/ou quando não adotar as medidas de segurança previstas no art. 46 da LGPD;
- 15.2.11. encerrar o tratamento de dados pessoais pelas partes, nos termos do art. 15 da LGPD, eliminando-os, salvo nas hipóteses previstas no art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
- 16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**
- 16.1. Comete infração administrativa a Contratada que:
- a) Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- b) Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- c) Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- d) Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013; e
- e) Cometer fraude fiscal.
- 16.2. Em caso de infração administrativa, a Administração pode aplicar à Contratada as seguintes sanções, nos termos do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0:
- 16.2.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Ebserh poderá, garantido o regular processo administrativo, aplicar ao contratado as seguintes sanções:
- 16.2.1.1. **Advertência**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Administração;
- 16.2.1.2. **Multa**:
- a) Moratória de **0,07% (sete centésimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**, data a partir da qual o atraso será configurado como inexecução total do objeto;
- b) Compensatória de **15% (quinze por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- c) Em caso de outras hipóteses de inexecução parcial, poderá ser aplicada multa compensatória de até **15% (quinze por cento)** do valor total do contrato, respeitados critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando os impactos da obrigação inadimplida;
- 16.2.2. **Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar** com a Rede Ebserh, por prazo não superior a 2 (dois) anos, caso o fornecedor:
- a) tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;
- d) convocado dentro do prazo de validade da sua proposta ou da vigência da ata de registro de preços, não celebrar o contrato;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- f) apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- g) ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- h) não manter a proposta;
- i) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei nº 12.846/2013.
- 16.2.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1.1. e 16.2.1.3. poderão ser aplicadas à Contratada conjuntamente com as de multa.
- 16.2.4. Eventuais multas aplicadas podem ser descontadas de pagamentos a serem efetuados ou compensadas em eventuais créditos disponíveis em outros contratos firmados pela Contratada, bem como da garantia contratual, se exigida.
- 16.2.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto no RLCE 2.0.
- 16.2.6. Na apuração e julgamento das infrações cometida pelos licitantes, será observado o disposto na Norma Operacional - SEI nº 7/2023/DAI-EBSEH (https://www.gov.br/ebserh/pt-br/assessoria-informacao/licitacoes-e-contratos/licitacoes-e-normas-de-licitacoes-e-contratos/normas-vigentes/sei_sede-28062396-norma-operacional-sei.pdf?view), que dispõe sobre a apuração de irregularidades e aplicação de sanções a licitantes no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
- 16.2.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.2.8. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 17. GARANTIA DO PRODUTO OU SERVIÇO**
- 17.1. Garantia da qualidade (ou prazo de validade) do objeto deve guardar conformidade com o prazo de garantia ou validade exigido neste Termo de Referência ou com aquele ofertado pelo licitante na proposta, se for o caso.
- 18. GARANTIA DE EXECUÇÃO (DO CONTRATO)**
- 18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução em razão do caráter de pronta entrega e pagamento da contratação em tela.
- 19. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**
- 19.1. Em atendimento ao inciso XI do art. 7º da [Lei nº 12.305/2010](#) deve ser dada prioridade aos produtos reciclados e recicláveis, sempre que possível e no que couber, bem como devem ser utilizados critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.
- 19.2. Em consonância com o art. 4º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0 as seguintes diretrizes devem ser observadas:
- Art. 4º As seguintes diretrizes devem ser observadas nas contratações conduzidas pela Ebserh:
- (...)
- II - busca da maior vantagem competitiva, considerando custos e benefícios diretos e indiretos de natureza econômica, social e ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao deslocamento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;
- 19.3. De acordo com o art. 5º do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0, também devem ser observadas, no que couber, as normas relativas à:
- Art. 5º As contratações devem observar, no que couber para cada tipo de objeto, as normas relativas à:
- disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados;
- mitigação dos danos ambientais por meio de medidas condicionantes e de compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;
- utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais; IV - avaliação de impactos de vizinhança, observada a legislação urbanística;
- proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos realizados pela Ebserh;
- acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida;
- vigilância sanitária, proteção radiológica e demais normas técnicas relacionadas à garantia de qualidade e de disponibilidade sobre infraestrutura, equipamentos e suprimentos.
- Parágrafo único. A contratação da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e material tombados dependerá de prévia autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas determinadas pela Diretoria Executiva, na forma da legislação aplicável.
- 19.4. Além disso, devem ser adotados os seguintes atos de logística sustentável, previstos no art. 202 do [Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh](#) - RLCE 2.0:
- Art. 202. As unidades da Ebserh devem adotar os seguintes atos de logística

	sustentável com reflexo em seus procedimentos de contratação:
	adotar práticas de racionalização com o objetivo de melhoria da qualidade do gesto público e contínua busca por economicidade e primazia na gestão dos processos;
	adotar práticas de sustentabilidade com o objetivo de construir um novo modelo de cultura institucional visando à inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades e contratações da unidade;
	coordenar o fluxo de materiais, de serviços e de informações, do fornecimento ao desfazimento, considerando a proteção ambiental, a justiça social e o desenvolvimento econômico equilibrado;
	implementar estratégias que garantam a padronização dos processos de trabalho, como a implantação de protocolos assistenciais, procedimentos operacionais padrão e fluxos padronizados, visando à redução de custos e o desenvolvimento das dimensões da qualidade;
	elaborar Plano de Gestão de Logística Sustentável - PLS no âmbito da unidade, instruindo e designando Comitê Gestor do Plano de Gestão de Logística Sustentável - CGPLS;
	relatar à Administração Central da Ebserh as boas práticas realizadas sob a direção da gestão sustentável para subsidiar a elaboração do relatório anual de sustentabilidade da empresa.
19.5.	As previsões constantes na Instrução Normativa do Secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SL/MPPOG) n.º 01/2020, devem ser observadas:
	Art. 5º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:
	que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR - 15448-1 e 15448-2;
	que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
	que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
	que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva REHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
	§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital.
19.6.	Vejam-se, ainda, as previsões do Decreto nº 7.746/2012 :
	Art. 2º Na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes adotarão critérios e práticas sustentáveis nos instrumentos convocatórios, observado o disposto neste Decreto.
	Parágrafo único. A adequação da especificação do objeto da contratação e das obrigações da contratada aos critérios e às práticas de sustentabilidade será justificada nos autos, resguardado o caráter competitivo do certame.
	Art. 4º Para os fins do disposto no art. 2º, são considerados critérios e práticas sustentáveis, entre outros:
	baixo impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
	preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
	maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
	maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
	maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
	uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;
	origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, nos serviços e nas obras;
	e
	utilização de produtos florestais madeiros e não madeiros originários de manejo florestal sustentável ou de reflorestamento.
	Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material renovável, reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.
	(...)
	Art. 8º A comprovação das exigências apresentadas no instrumento convocatório poderá ser feita por meio de certificação emitida ou reconhecida por instituição pública oficial ou instituição credenciada ou por outro meio definido no instrumento convocatório.
	O fornecedor no momento do recolhimento dos materiais não consumidos e que serão por ele descartados, deverá apresentar declaração de que o referido resíduo está sendo tratado e destinado, conforme a legislação ambiental para o caso, inclusive, informando o local onde será destinado e/ou tratado, bem como o nome da pessoa (jurídica ou física) responsável pelo controle e destino dos referidos materiais caso não seja executado/realizado pelo próprio fornecedor.
20.	CRITÉRIOS E ÍNDICES DE REAJUSTES
20.1.	Durante a vigência das atas de registro de preços decorrentes da licitação os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses previstas nos arts. 17 e 18 do Decreto nº 7.892, de 21 de janeiro de 2013 , cabendo à Administração promover as negociações junto aos fornecedores), caso necessário.
21.	ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
21.1.	Por se tratar de licitação que será processada pelo Sistema de Registro de Preços - SRP, a indicação da dotação orçamentária ocorrerá somente no momento da formalização do contrato, nos termos do art. 7º, §2º, do Decreto nº. 7.892/13.
22.	SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS
22.1.	Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.
22.2.	Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio para aumentar a competitividade e possibilitar que empresas que isoladamente não teriam condições de disputar, possam participar do processo licitatório.
22.3.	Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:
	22.3.1. comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
	22.3.2. indicação de empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Ebserh;
	22.3.3. admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
	22.3.4. demonstração, pelo consórcio, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos em edital, [com o acréscimo de%], para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;
	22.3.5. quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequenas empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira;
	22.3.6. responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de Seleção de Fornecedor quanto na de Gestão do Contrato;
	22.3.7. constituição e registro do consórcio, antes da celebração do contrato;
	22.3.8. no caso de substituição de consorciado, deverá ser expressamente autorizada pela Ebserh e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de capacidade econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio.
23.	ALTERAÇÃO SUBJETIVA
23.1.	É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/sem outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.
24.	OUTROS CRITÉRIOS RELEVANTES PARA UMA BOA AQUISIÇÃO (PARA IMPRESSOS)
24.1.	Após a solicitação dos materiais a serem entregues, a CONTRATADA deverá fornecer amostra de cada item impresso para aprovação da CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis.
24.2.	A entrega dos materiais pela CONTRATADA, e o recebimento pela CONTRATANTE, não implica em sua aceitação definitiva.
24.3.	As amostras caso aprovadas, pela CONTRATANTE, poderão ser deduzidas do quantitativo total a ser entregue.
24.4.	As amostras reprovadas deverão ser recolhidas.
25.	AS AMOSTRAS DEVERÃO SER APRESENTADAS DA SEGUINTE FORMA (PARA IMPRESSOS):
25.1.	AS AMOSTRAS DEVERÃO ESTAR IDENTIFICADAS COM OS TERMOS:
	25.1.1. Amostra para Análise, além dos dados completos da referida amostra;
	25.1.2. Os proponentes que tiverem amostras passíveis de devolução poderão retirá-las, no prazo de até 20 (vinte) dias úteis a contar do resultado do julgamento, no mesmo local onde foram entregues.
	25.1.3. Será considerada aprovada a amostra que atender aos seguintes critérios técnicos:
	a) Conformidade com todas as especificações do edital.
26.	ALTERAÇÃO SUBJETIVA
26.1.	É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/sem outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da contratação.
27.	MATRIZ DE RISCOS
27.1.	A Matriz de Riscos consta no documento (31356939).
28.	ANEXOS
28.1.	Anexo A - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).
28.2.	Anexo B - Modelo de Parecer Técnico de Avaliação de Amostras de Material.
28.3.	Anexo C - Modelos Impressos Gráficos.
29.	ENCAMINHAMENTOS FINAIS
29.1.	Segue para apreciação da Gerência Administrativa.
	Lagarto/SE, data da assinatura eletrônica.
	(assinado digitalmente) Edjana Cristina Bispo dos Santos Chefe da Unidade de Compras
	(assinado digitalmente) Rose Mary Ribeiro Chefe da Unidade de Apoio Operacional

(assinado digitalmente)
Ofélia Maria de Jesus Lisboa
Chefe Substituta da Unidade de Abastecimento

(assinado digitalmente)
Jadriel Felipe Santana Santos
Enfermeiro

29.2. De acordo.

29.3. A aquisição do material em tela se mostra adequada e atende aos objetivos da instituição.

29.4. Sendo assim, **aprovo** o Termo de Referência conforme seus próprios fundamentos.

29.5. Encaminhe-se à área de licitações para início da fase de Seleção de Fornecedor.

(Assinado digitalmente)
Gislane Ladela Boa Sorte Borges
Gerente Administrativa

+++++

ANEXO A

+++++

- LGPD - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**
- DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS**
- 1.1. Em razão do objeto contratado e para seu cumprimento, a CONTRATADA realizará o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis em nome da CONTRATANTE, nos termos do inciso VII, do artigo 5º e artigo 39, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- 1.2. A CONTRATADA deve cumprir as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, bem como das políticas e normas internas da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares sobre o tema (disponíveis em www.ebserh.gov.br), implementando medidas técnicas e organizacionais adequadas para assegurar a proteção dos direitos do titular dos dados pessoais.
- 1.3. O tratamento de dados pessoais pela CONTRATADA será limitado às atividades estritamente necessárias para o alcance das finalidades do objeto contratado ou, quando for o caso, ao cumprimento de obrigação legal ou regulatória, ao exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.
- 1.4. O tratamento de dados pessoais só poderá ser realizado pela CONTRATADA durante o prazo previsto para a execução do objeto contratado.
- 1.5. É vedado à CONTRATADA o compartilhamento dos dados pessoais com outras pessoas jurídicas ou físicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou regulamentares necessárias para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual ou com a prévia autorização da CONTRATANTE.
- 1.6. Nas hipóteses de compartilhamento previstas no item anterior, a CONTRATADA assume toda a responsabilidade decorrente da operação realizada, especialmente no que diz respeito à observância da adequada proteção e resguardo aos direitos dos titulares originais.
- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 2.1. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus colaboradores das obrigações deste instrumento e do compromisso assumido com a proteção de dados pessoais, inclusive no tocante à Política de Proteção de Dados Pessoais da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.
- 2.2. A CONTRATADA se comprometerá a autorizar o tratamento de dados pessoais apenas às pessoas que assinem termo de sigilo e confidencialidade, que deve ter vigência pelo prazo de execução contratual e 10 anos após o seu término.
- 2.3. Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensável à própria prestação do serviço, deverá ser realizada após prévia aprovação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, responsabilizando-se a CONTRATADA pela obtenção, guarda e gestão dos termos de consentimento.
- 2.4. O armazenamento dos dados pessoais objeto de tratamento pela CONTRATADA em razão do presente contrato deve respeitar as premissas, políticas e especificações técnicas, além de estar adequado e alinhado com a legislação vigente e as melhores práticas de mercado.
- 2.5. Quando a natureza dos dados objeto de tratamento exigir, seu armazenamento deverá ocorrer em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas, controle de acesso apenas a pessoas autorizadas e transparente identificação do perfil dos credenciados, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros, exceto com autorização da CONTRATANTE.
- 2.6. A eventual transferência internacional de dados pessoais pela CONTRATADA, para fins do previsto no item anterior, deverá atender ao disposto nos artigos 33, 34, 35 e 36, da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, e às seguintes regras:
- a) a legislação do país para o qual os dados foram transferidos deve assegurar o mesmo nível de proteção que a legislação brasileira em termos de privacidade e proteção de dados, sob pena de encerramento da relação contratual, em vista de restrição legal prevista no ordenamento jurídico brasileiro;
- b) os dados transferidos serão tratados em ambiente da CONTRATADA;
- c) o tratamento dos dados pessoais, incluindo a própria transferência continuará a ser feito de acordo com as disposições pertinentes da legislação sobre proteção de dados aplicável, que não viole as disposições pertinentes do Brasil;
- d) deve ser oferecida garantia suficiente em relação às medidas técnicas e organizacionais, que deverão ser especificadas formalmente à CONTRATANTE, sendo que a CONTRATADA não deve compartilhar com terceiros dados que lhe sejam remetidos;
- e) as medidas de segurança devem ser adequadas para proteger os dados pessoais contra a destruição acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a divulgação ou o acesso não autorizados (especialmente quando o tratamento implicar a sua transmissão por rede), e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito, bem como devem assegurar um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento representa e à natureza dos dados a proteger, atendendo aos conhecimentos técnicos disponíveis e aos custos resultantes da sua aplicação;
- f) o tratamento de dados pessoais deve ser realizado em nome da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares e em conformidade com as suas instruções e as cláusulas do contrato, sob pena de suspensão da transferência de dados pessoais e/ou rescisão do contrato;
- g) as respostas às solicitações da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares devem ser rápidas e adequadas.
- 2.7. A CONTRATADA deverá manter registro das operações de tratamento de dados pessoais realizadas em nome da CONTRATANTE.
- 2.8. A CONTRATADA enviará todos os dados e informações solicitadas pela CONTRATANTE necessários à resposta aos titulares de dados no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser prorrogado em situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela CONTRATANTE.
- 2.9. A CONTRATADA cumprirá, de imediato, as solicitações da CONTRATANTE para cumprimento de requerimento do titular dos dados pessoais referente aos direitos previstos no artigo 18 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018, tais como correção, eliminação, anonimização ou bloqueio dos dados.
- 2.10. A CONTRATADA disponibilizará à CONTRATANTE todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato, bem como permitirá e contribuirá, quando necessário, para a realização de auditorias e inspeções relativas à proteção de dados pessoais, realizadas pela CONTRATANTE ou por auditor externo por esta designado.
- 2.11. A CONTRATADA, quando necessário e solicitado pela CONTRATANTE, encaminhará informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais relacionado às atividades objeto deste contrato que demandam o tratamento de dados pessoais, observando-se o seguinte:
- a) a solicitação de informações para elaboração de relatório de impacto à proteção de dados pessoais será feita por escrito à CONTRATADA;
- b) as informações deverão ser repassadas ao Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da CONTRATANTE no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.
- 2.12. A CONTRATADA comunicará à CONTRATANTE, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de segurança, entendido como evento adverso confirmado, tal como acesso não autorizado, acidental ou ilícito que resulte na destruição, perda, alteração, vazamento ou ainda, qualquer forma de tratamento de dados inadequada ou ilícita, devendo seguir as orientações da CONTRATANTE.
- 2.13. A CONTRATADA, quando for de sua responsabilidade, tomará as medidas necessárias para cessar e/ou minimizar os danos decorrentes da violação de dados pessoais, respondendo administrativa e judicialmente por eventuais danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos, aos titulares de dados pessoais objeto de tratamento em decorrência da execução contratual.
- 2.14. Encerrada a vigência do contrato e/ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento e restituirá à CONTRATANTE os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), ressalvada instrução expressa sobre a eliminação, bem como a possibilidade de sua conservação, nos termos do art. 16 da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018.
- DAS SUBCONTRATAÇÃO**
- 3.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais sem autorização expressa e por escrito da CONTRATANTE.
- 3.2. Em caso de autorização da subcontratação, a CONTRATADA permanecerá totalmente responsável perante a CONTRATANTE pelo cumprimento das obrigações da empresa subcontratada, especialmente pelas obrigações de proteção dos dados pessoais.
- DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**
- 4.1. A CONTRATANTE se compromete, em caso de necessidade de tratamento de dados pessoais compartilhados pela CONTRATADA para cumprimento de obrigações previstas neste contrato, a observar as disposições da Lei nº. 13.709, de 14 de agosto de 2018 e regulamentos da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

ANEXO B

MODELO PARECER TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DE AMOSTRAS DE MATERIAL

1. Identificação do avaliador

Unidade da Rede Ebserh
Nome
Categoria Profissional
Sígnep
Lotação

2. Identificação do processo de compra e item

--

Número de identificação do processo de compra	
Número do processo SEI da Contratação	
Número do item correspondente à amostra no Edital	
Especificação do item de acordo com Edital	
Código Ebserh (Se houver)	
Código do Sistema de Estoque (Se houver)	

3. Identificação da amostra

Data de recebimento	
Fornecedor /CNPJ	
Fabricante/CNPJ	
Marca	
Lote/Série	
Quantidade de amostras recebidas para avaliação	

4.Avaliação geral do produto e embalagem

Check list	Sim	Não	Não se aplica	Observações
O produto corresponde ao item solicitado				
A apresentação corresponde à solicitada				
O produto está corretamente identificado conforme TR				
Embalagem proporciona e impurezas na embalagem				
A embalagem permite boa visualização do produto				
A embalagem é adequada ao tipo de produto				
Observações				

5.Avaliação de funcionalidade

Check list	Sim	Não	Não se aplica	Descrever riscos, dificuldades ou inconformidades, se for o caso
O produto oferece risco ao profissional				
O produto oferece risco ao paciente				
Há dificuldade de manuseio				

6.Avaliação específica

Descrever avaliação específicas com relação ao produtos e suas funcionalidades

7.Parecer final

Avaliação de conformidade da amostra	Aprovada	Reprovada
Em caso de reprovação, justificar		

Considerando que a aceitação da amostra constitui condição necessária para adjudicação do objeto do certame licitatório, diante das condições pré-estabelecidas no termo de Referência, após serem submetidas à avaliação, " Aprovo" "Reprovo" as amostras.

Com fé pública, declaro para os devidos fins a responsabilidade técnica pela avaliação de amostras detalhadas neste parecer.

NOME
CARGO/FUNÇÃO
LOTAÇÃO

ANEXO C - MODELOS IMPRESSOS GRAFICOS

Os modelos personalizados encontram-se no documento *Modelo Impressos Gráficos 2023 (32808742)*.



Documento assinado eletronicamente por **Ofélia Maria de Jesus Lisboa, Chefe de Unidade**, em 24/10/2023, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Alice Valéria Carregosa Silva, Gerente, Substituto(a)**, em 25/10/2023, às 09:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rose Mary Ribeiro, Chefe de Unidade**, em 26/10/2023, às 11:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Edjaná Cristina Bispo dos Santos, Chefe de Unidade**, em 30/10/2023, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jadiel Felipe Santana Santos, Enfermeiro(a)**, em 30/10/2023, às 13:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **32907935** e o código CRC **60E570D5**.

